

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE DIREITO

1. Os princípios fundamentais, dispostos no art. 1º, incisos I ao V, da CRFB/88, são a base sobre a qual está erigida a República Federativa do Brasil. O princípio que estabelece a independência do Estado brasileiro em relação a outros países é o (a):

- A) cidadania
- B) soberania
- C) pluralismo político
- D) dignidade da pessoa humana
- E) valor social do trabalho e da livre iniciativa

2. O artigo 5º, inciso IV, da CRFB/88, versa sobre a liberdade de manifestação do pensamento. Esse artigo apresenta em sua redação um direito e uma garantia. Dessa forma, é possível afirmar que:

- A) o anonimato é uma garantia de que cidadãos podem se manifestar livremente
- B) o direito à livre manifestação do pensamento é absoluto, ou seja, não admite quaisquer restrições
- C) o anonimato é legítimo em determinadas situações de manifestação do pensamento, como em casos de discriminação
- D) a vedação ao anonimato é uma garantia, pois permite a responsabilização daqueles que cometerem excessos na manifestação do pensamento
- E) a vedação ao anonimato vai de encontro ao disposto no art. 5º, inciso IV, da CRFB/88, tendo em vista que não é permitida a censura no ordenamento jurídico brasileiro

3. O inciso XIV do artigo 5º da CRFB/88 versa sobre o livre acesso à informação. Acerca desse assunto, é coerente afirmar que:

- A) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, salvo quando a informação em questão envolver pessoa de grande relevância nacional
- B) o inciso XIV do artigo 5º pode ser dividido em duas partes, tendo em vista que apresenta uma garantia, a saber, o acesso à informação, e um direito, qual seja, o sigilo da fonte
- C) o acesso à informação é um direito irrestrito, assim como todos os outros direitos fundamentais
- D) o sigilo da fonte é garantido a qualquer cidadão, independentemente do exercício de atividade profissional
- E) o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional, é uma forma de preservar o direito à informação

4. Os artigos 21 e 22 da CRFB/88 tratam, respectivamente, da competência exclusiva e da competência privativa da União. Acerca desse assunto, é correto afirmar que:

- A) a competência exclusiva é delegável
- B) assegurar a defesa nacional é uma competência privativa da União
- C) decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal é uma competência exclusiva da União
- D) legislar sobre emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros é uma competência exclusiva da União
- E) estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa, é uma competência privativa da União

5. No artigo 37 da CRFB/88, estão insculpidas as normas constitucionais referentes à Administração Pública e ao servidor público. No que concerne a esse artigo:

- A) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical
- B) o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez por igual período
- C) os cargos, os empregos e as funções públicas não são acessíveis aos estrangeiros, uma vez que esses não são cidadãos
- D) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário
- E) os cargos em comissão, exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e as funções de confiança, a serem preenchidas por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, de chefia e de assessoramento

6. No que se refere às normas concernentes à estabilidade do servidor público, previstas no artigo 41 da CRFB/88, é válido dizer que:

- A) o servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial, ainda que esta não tenha transitado em julgado
- B) o servidor público estável só perderá o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa
- C) como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação periódica de desempenho por comissão instituída para essa finalidade
- D) o servidor público estável só perderá o cargo mediante procedimento de avaliação especial de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa
- E) extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em indisponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo

7. O artigo 37, *caput*, da CRFB/88 trata dos princípios constitucionais explícitos da Administração Pública, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O princípio segundo o qual é exigível, do bom administrador público, o respeito a padrões éticos, à lealdade e à probidade é o da:

- A) legalidade
- B) impessoalidade
- C) moralidade
- D) publicidade
- E) eficiência

8. Consoante o disposto no §1º do artigo 144 da CRFB/88, o(s) órgão(s) que se destina(m) a exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União é (são):

- A) polícias civis
- B) polícia federal
- C) polícias militares
- D) polícia rodoviária federal
- E) polícia ferroviária federal

9. No exercício de suas funções, a administração deve exercer uma gama de atos que são classificados com denominação específica. Os atos relacionados ao patrimônio, como a alienação ou a aquisição de bens pela Administração e o aluguel de imóveis em condições análogas aos particulares, são chamados de atos:

- A) externos
- B) de gestão
- C) vinculados
- D) de império
- E) de expediente

10. Marco histórico no combate aos atos ilícitos na administração pública, a Lei de Improbidade Administrativa prevê a possibilidade de ser formulado o pedido de indisponibilidade dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito. A respeito desse pedido:

- A) sua natureza jurídica processual é cautelar penal
- B) caberá recurso de apelação à decisão de indeferimento
- C) uma vez concedido, incide na indisponibilidade, inclusive sobre acréscimo patrimonial do agente decorrente de atividade lícita
- D) deve ser priorizada, na ordem do pedido, a indisponibilidade e o bloqueio de contas bancárias
- E) é vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 salários-mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta corrente

11. Entre os atos que visam a disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional de seus agentes, estão as portarias. Essa espécie de ato ordinatório da administração:

- A) são comunicações escritas que as autoridades fazem entre si, entre subalternos e superiores e entre a Administração e particulares, em caráter oficial
- B) são atos administrativos expedidos pelos ministros de Estado para a execução de leis, de decretos e de regulamentos, mas são também utilizados por outros órgãos superiores para o mesmo fim
- C) são atos internos pelos quais os chefes de órgãos, de repartições ou de serviços expedem determinações gerais ou especiais a seus subordinados, ou designam servidores para funções e cargos secundários
- D) são ordens escritas, de caráter uniforme, expedidas a determinados funcionários ou agentes administrativos, incumbidos de certo serviço ou do desempenho de certas atribuições, em circunstâncias especiais
- E) são ordens escritas e gerais a respeito do modo e da forma de execução de determinado serviço público, expedidas pelo superior hierárquico, com a finalidade de orientar os subalternos no desempenho das atribuições

12. A atribuição para a aplicação de sanções àqueles que estejam sujeitos à disciplina do ente estatal consiste no exercício do poder disciplinar da Administração. Ao exercer esse poder, é dispensável ao administrador:

- A) observar o devido processo legal
- B) aplicar o princípio da verdade sabida
- C) aplicar o princípio do contraditório e da ampla defesa
- D) utilizar de prova emprestada no processo administrativo disciplinar
- E) utilizar de proporcionalidade e de razoabilidade na aplicação da sanção administrativa

13. A reparação pelos prejuízos sofridos, em virtude da conduta estatal, é realizada por meio do disposto na Constituição Federal que adota a modalidade objetiva de responsabilidade civil do Estado. De acordo com essa abordagem jurídica, é necessário, para a comprovação do dever de reparação do dano gerado, a existência de:

- A) dolo do agente
- B) culpa do agente
- C) omissão na conduta do agente
- D) vínculo contratual entre o agente e o sujeito lesado
- E) nexa causal entre a conduta do agente e o dano produzido

14. A acessibilidade aos cargos públicos é um princípio constitucional garantido a todos os que preenchem os requisitos legais. De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro:

- A) os cargos para os órgãos de segurança pública apenas podem ser ocupados por brasileiros natos
- B) o portador de surdez unilateral se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos
- C) as condições para acessibilidade aos cargos públicos estão dispostas de forma exauriente na lei federal que versa sobre o regime jurídico dos servidores
- D) as universidades e as instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros
- E) é necessário que as condições para o exercício do cargo público estejam preenchidas na data da inscrição do candidato ao concurso para o cargo que pretende ocupar

15. Em regra, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, empregos e funções em toda a Administração direta e indireta. Contudo, o ordenamento jurídico brasileiro permite a acumulação do cargo de:

- A) agente de trânsito com o exercício da advocacia quando em causa própria
- B) professor da Universidade Federal com o cargo de tradutor de LIBRAS de instituto federal
- C) auditor fiscal do trabalho com especialidade em medicina do trabalho com outro da área de saúde
- D) professor de universidade estadual com outros dois cargos no magistério em âmbito federal e municipal
- E) policiais militares da reserva remunerada com funções relacionadas ao planejamento e ao assessoramento no âmbito da segurança pública

16. A propositura da ação de improbidade administrativa compete ao Ministério Público e deve seguir o procedimento comum previsto no Código de Processo Civil, nos termos da Lei de Improbidade Administrativa. De acordo com a ordem constitucional de tutela dos princípios da Administração, é aplicada à Lei de Improbidade Administrativa o seguinte entendimento:

- A) a ação de improbidade administrativa é destinada à aplicação de sanções de caráter institucional
- B) a ação de improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório e é dotada de natureza civil
- C) a ação de improbidade administrativa deverá ser proposta perante o foro do local no qual o agente gerador do dano mantiver domicílio
- D) os entes públicos que tenham sofrido prejuízos em razão de atos de improbidade também estão autorizados a propor a ação de improbidade administrativa
- E) o controle de legalidade de políticas públicas e a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos, individuais e homogêneos são objeto da ação de improbidade administrativa

17. De acordo com o Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), considera-se tentado o crime quando:

- A) iniciada a sua preparação, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente
- B) o agente, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução
- C) não se consuma por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto
- D) iniciada a sua execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente
- E) o agente, voluntariamente, impede que o resultado se produza

18. “A noção de estado de necessidade remete à ideia de sopesamento de bens diante de uma situação adversa de risco de lesão: se há dois bens em perigo, permite-se que seja sacrificado um deles, pois a tutela penal, nas circunstâncias do caso concreto, não consegue proteger a ambos” (Cunha, 2019, p. 302).

Acerca do disposto no Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), o estado de necessidade:

- A) poderá ser alegado por quem tem o dever legal de enfrentar o perigo
- B) sempre atenuará a pena quando for razoável a exigência do sacrifício do direito ameaçado
- C) excluirá a culpa quando o bem jurídico sacrificado é de valor igual ou superior ao do bem jurídico salvo da situação de perigo
- D) possui como requisito subjetivo de acordo com a doutrina que o agente tenha conhecimento da situação de fato justificante
- E) tem como requisitos objetivos, dentre outros, o perigo iminente ou atual e a inexistência de dever legal de enfrentar o perigo

19. O Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), dispõe no seu art. 327 que “considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública”. Sendo assim, nos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral:

- A) se o funcionário modifica sistema de informações sem autorização de autoridade competente, ainda que isso não resulte em dano para a Administração Pública, essa conduta é considerada atípica
- B) equipara-se a funcionário público quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada para a execução de atividade típica da Administração Pública
- C) só constitui crime de advocacia administrativa o patrocínio direto ou indireto, perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário, de interesse privado se este for ilegítimo
- D) por se tratar de crimes de mão própria, não se admite a coautoria
- E) a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade

20. O Código Penal (Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940) elenca, no capítulo II do título XI da Parte especial, um rol de crimes comuns praticados por qualquer pessoa contra a administração em geral, sendo assim:

- A) incorre na pena do crime de contrabando quem reinsere no território nacional mercadoria brasileira destinada à exportação
- B) no crime de descaminho, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino de mercadorias estrangeiras, salvo o exercido em residências, equipara-se às atividades comerciais
- C) a usurpação de função pública só restará configurada se do fato o agente auferir vantagem
- D) não constitui crime de resistência à oposição a execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a particular que esteja prestando auxílio ao funcionário competente para executá-lo
- E) para a consumação do crime de corrupção ativa, é imprescindível que o funcionário público receba a vantagem indevida

21. De acordo com o Código Penal Brasileiro (Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940), o agente que:

- A) voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pela tentativa
- B) por doença mental, ao tempo da ação ou da omissão, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato, é isento de pena
- C) por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima, é isento de pena
- D) por embriaguez completa, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato, é isento de pena
- E) por ato voluntário, reparar o dano nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, só responde pelos atos já praticados

22. “O erro de tipo pode ser dividido em duas espécies: o erro de tipo essencial e o erro de tipo acidental” (Cunha, 2019, p. 302).

Sobre as espécies de erro, o Código Penal brasileiro dispõe que:

- A) não responde pelo crime o terceiro que determina o erro
- B) o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo
- C) o erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta o agente de pena
- D) é isento de pena o agente que, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, em vez de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa
- E) erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, poderá diminuir a pena de um sexto a um terço

23. A Lei das Contravenções Penais (Decreto Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941) estabelece que:

- A) a duração da pena de prisão simples não pode, em caso algum, ser superior a três anos
- B) a prisão simples, a detenção e a multa são penas principais
- C) não é punível a tentativa de contravenção
- D) as contravenções penais somente serão consideradas infrações penais de menor potencial ofensivo se a pena máxima cominada não for superior a 2 anos
- E) a pena de prisão simples deve ser cumprida, sem rigor penitenciário, em estabelecimento de segurança máxima ou média, em regime semiaberto ou aberto

24. A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, em seu art. 98, estabeleceu a criação dos “juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau”. De acordo com a legislação vigente, nos Juizados Especiais Criminais:

- A) a competência será determinada pelo lugar em que foi consumada a infração penal
- B) o processo terá como objetivo, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena privativa de liberdade
- C) o processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência
- D) nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor o acordo de não persecução penal
- E) ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança

25. De acordo com a Lei nº 8069/90, em relação aos direitos nela reconhecidos que forem ameaçados ou violados, há medidas de proteção à criança e aos adolescentes quando resultarem, dentre outra, nas hipóteses de:

- A) ação ou omissão da sociedade ou do Estado e apenas por abuso dos pais ou do responsável
- B) ação ou omissão da sociedade ou do Estado e somente por omissão dos pais ou do responsável
- C) apenas ação da sociedade ou do Estado e por falta, omissão ou abuso dos pais ou do responsável
- D) somente omissão da sociedade ou do Estado e por falta, omissão ou abuso dos pais ou do responsável
- E) ação ou omissão da sociedade ou do Estado e por falta, omissão ou abuso dos pais ou do responsável

26. À luz da Lei nº 8069/90, um dos princípios que regem as Medidas Específicas de Proteção à criança e aos adolescentes previstas nessa Lei se traduz no(a):

- A) intervenção mínima: a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do adolescente
- B) intervenção tardia: a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada após a situação de perigo ser conhecida, a fim de preservar o direito à intimidade, à imagem e à reserva da vida privada da criança e do adolescente
- C) publicidade: a promoção dos direitos e da proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada de forma pública, independentemente da intimidade, do direito à imagem e da reserva da sua vida privada
- D) sigilo da informação: referente à criança e ao adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, seus pais ou responsáveis não poderão ser informados dos motivos que determinaram a intervenção
- E) não proporcionalidade e atualidade: a intervenção deve ser realizada, independentemente da proporcionalidade e da atualidade, da situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada

27. De acordo com a previsão contida na Lei nº 8069/90, uma das medidas de proteção à criança e ao adolescente que poderá ser determinada pela autoridade competente, quando verificadas quaisquer das hipóteses nela previstas, é a:

- A) requisição de convívio social e tecnológico em regime profissional
- B) requisição de convívio social e tecnológico em regime educacional
- C) requisição de ensino tecnológico em regime de parceria público-privada
- D) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial
- E) requisição de tratamento holístico, de terapias alternativas, de terapias socioprofissionalizantes e humanitárias

28. Em consonância com a Lei nº 8069/90, o ato infracional é a conduta descrita como:

- A) ilícito civil
- B) ilícito administrativo
- C) crime ou contravenção penal
- D) crime ou contravenção contratual
- E) crime ou contravenção administrativa

29. Uma das garantias processuais asseguradas pela Lei nº 8069/90 ao adolescente diz respeito ao direito do(da):

- A) trabalho
- B) educação
- C) estabilidade
- D) devido processo legal
- E) defesa técnica por cidadão comum

30. De acordo com a Lei nº 8069/90, quando verificada a prática de ato infracional, algumas medidas poderão ser aplicadas pela autoridade competente ao adolescente. Uma delas se enquadra na admoestação verbal, a ser reduzida a termo e assinada, sendo tal hipótese medida de:

- A) advertência
- B) liberdade assistida
- C) obrigação de reparar o dano
- D) prestação de serviços à comunidade
- E) internação em estabelecimento educacional

31. Dentre os crimes em espécie previstos na Lei nº 8069/90, encontra-se o de “Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento”. Nesse caso, a respectiva Lei estabelece pena de:

- A) detenção de dois meses a um ano
- B) detenção de seis meses a dois anos
- C) detenção de dois meses a três anos
- D) reclusão de um a dois anos, além de multa
- E) reclusão de um a quatro anos, além de multa

32. De acordo com a Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o ESTATUTO GERAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS, um dos princípios mínimos de atuação das guardas municipais é o(a):

- A) uso imediato da força
- B) uso progressivo da força
- C) patrulhamento ostensivo
- D) compromisso eventual com a evolução social da comunidade
- E) proteção em caráter excepcional dos direitos humanos fundamentais

33. Em consonância com a Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o ESTATUTO GERAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS, o Município pode criar, por lei, sua guarda municipal, sendo ela subordinada ao:

- A) presidente da Câmara Municipal
- B) chefe do Poder Executivo federal
- C) chefe do Poder Executivo estadual
- D) chefe do Poder Executivo municipal
- E) presidente do Tribunal de Justiça do Estado

34. À luz da Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o ESTATUTO GERAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS, uma das competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais, é a de:

- A) zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município
- B) proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Estado
- C) elaborar o estudo de impacto na segurança nacional, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte na esfera federal
- D) colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, independentemente da observância aos direitos fundamentais das pessoas
- E) atuar, preventiva e permanentemente, no território do Estado, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, os serviços e as instalações federais

35. O Sistema Nacional de Trânsito é composto por diferentes órgãos e entidades dentre os quais estão os Conselhos Estaduais de Trânsito (CETRA). É função do CETRA:

- A) normatizar o processo de formação do candidato à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação
- B) responder a consultas relativas à aplicação da legislação e dos procedimentos normativos de trânsito
- C) criar Câmaras Temáticas com função de estabelecer normas regulamentares relativas ao Código de Trânsito Brasileiro
- D) zelar pela uniformidade e pelo cumprimento das normas no Código de Trânsito Brasileiro nas resoluções complementares
- E) normatizar os procedimentos sobre a aprendizagem, a habilitação, a expedição de documentos de condutores, o registro e o licenciamento de veículos

36. É sabido que os órgãos de trânsito do Brasil são os responsáveis por administrar o trânsito, bem como fiscalizar e fazer cumprir as leis de trânsito. A atribuição de estabelecer procedimentos sobre a aprendizagem e a habilitação de condutores de veículos, a expedição de documentos de condutores, de registro e o licenciamento de veículos compete:

- A) ao DETRAN
- B) ao Conselho Federal de Trânsito
- C) à Secretaria Nacional de Trânsito
- D) ao Conselho Nacional de Trânsito
- E) às Juntas Administrativas que regulamentam o Código de Trânsito Brasileiro

37. A aplicação de multa e o recolhimento do certificado de registro e do certificado de licenciamento anual são incumbências dos órgãos e das entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal. Tais competências têm caráter:

- A) relativo
- B) privativo
- C) derivado
- D) subsidiário
- E) concorrente

38. As vias abertas à circulação, de acordo com sua utilização, classificam-se em vias urbanas e vias rurais. É uma espécie de via rural a:

- A) rodovia
- B) avenida
- C) via arterial
- D) autoestrada
- E) via de trânsito rápido

39. O Código de Trânsito Brasileiro estabelece que conduzir um veículo com elementos de identificação violados ou falsificados é uma infração gravíssima. Além disso, de acordo com a lei citada, é necessário observar que:

- A) os veículos de duas ou três rodas devem apresentar placa dianteira, sendo dispensados da utilização de placa traseira
- B) o veículo será identificado internamente por meio de placas dianteira e traseira, dotadas de caracteres individualizados para cada veículo
- C) o veículo será identificado obrigatoriamente por caracteres gravados no chassi ou no monobloco mediante gravação realizada pelo montador ou pela concessionária
- D) as placas com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional serão usadas no âmbito municipal somente pelos veículos de representação pessoal do prefeito
- E) os veículos de transporte de carga e os coletivos de passageiros deverão conter, em local facilmente visível, a inscrição indicativa de sua tara, do peso bruto total, do peso bruto total combinado ou da capacidade máxima de tração e de sua lotação

40. Sobre a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, dispõe que:

- A) a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos, compreendendo a União, os Estados e o Distrito Federal no âmbito das competências e atribuições legais de cada um
- B) compete aos Estados estabelecer a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e aos Municípios estabelecer suas respectivas políticas, observadas as diretrizes da política estadual, especialmente para análise e enfrentamento dos riscos à harmonia e à independência dos Poderes
- C) a atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e de defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deve se dar em articulação com a sociedade
- D) o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), têm como finalidade a preservação do Estado Democrático de Direito
- E) o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) tem como órgão central o Ministério da Defesa e é integrado pelos órgãos de que trata o art. 144 da Constituição Federal, pelos agentes penitenciários e pelas guardas municipais

41. De acordo com a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, são integrantes estratégicos do SUSP:

- A) os Conselhos da República, de Defesa Nacional e de Segurança Pública e Defesa Social
- B) os Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social dos três entes federados
- C) a União, os Estados e os Municípios
- D) as polícias Federal, Rodoviária Federal, Civis e Militares
- E) a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Civis, as Polícias Militares e as Guardas Municipais

42. A integração e a coordenação dos órgãos integrantes do Susp dar-se-ão nos limites das respectivas competências, por meio de:

- A) operações com planejamento e execução centralizados na União
- B) estratégias regionalizadas e específicas para atuação na prevenção e no controle qualificado de infrações penais
- C) aceitação de registro de ocorrência policial unificado no âmbito da Polícia Federal
- D) intercâmbio de informações técnicas e científicas
- E) integração das informações e dos dados de segurança pública por meio do Sinesp

43. O § 2º do art. 9º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, apresenta os integrantes operacionais do Susp, não fazendo parte desse rol:

- A) os Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social dos três entes federados
- B) a Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas (Senad)
- C) as guardas municipais
- D) os corpos de bombeiros militares
- E) os agentes de trânsito

44. A Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, instituiu o Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional (Sievap), com a finalidade de:

- A) compartilhar informações, inclusive com o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin)
- B) integrar as informações e dados de segurança pública por meio do Sinesp
- C) priorizar políticas de redução da letalidade violenta
- D) identificar e propor mecanismos de valorização profissional
- E) apoiar as ações de manutenção da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, do meio ambiente e de bens e direitos

45. A Guarda Municipal é órgão de segurança que desempenha atividades de alcance limitado em observância à ordem constitucional brasileira. No exercício de suas atribuições específicas, compete à Guarda Civil Municipal prioritariamente:

- A) executar atividades de defesa civil
- B) preservar a moralidade e o sossego público
- C) preservar a ordem pública por meio do policiamento ostensivo
- D) realizar investigações criminais, por meio de inquérito policial ou de termo circunstanciado
- E) realizar inspeções com a finalidade de garantir o cumprimento das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente

46. Na estrutura da Guarda Civil Municipal, estão estabelecidos os cargos de Inspetor-Geral, Corregedor, Inspetor Adjunto, Inspetor, Subinspetor e Coordenador. O cargo de inspetor obedece à proporção de 01 (um) inspetor:

- A) para cada grupo de 100 (cem) Guardas Civis Municipais
- B) para cada grupo de 50 (cinquenta) Guardas Civis Municipais
- C) para cada grupo de 500 (quinhentos) Guardas Civis Municipais
- D) para cada grupo de 25 (vinte e cinco) Guardas Civis Municipais
- E) para cada grupo de 75 (setenta e cinco) Guardas Civis Municipais

47. A Lei Orgânica do Município de Niterói dispõe sobre as regras de funcionamento dos poderes e da administração municipal. Nela, estão definidas as competências dos poderes municipais e, nesse sentido, está determinado que é competência do Município em comum acordo com a União e o Estado:

- A) estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços, inclusive à dos seus concessionários
- B) conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadoras de serviços e quaisquer outros
- C) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos
- D) controlar e fiscalizar as empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, observando-se, na execução dos serviços, a plena satisfação do direito dos usuários
- E) ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas federais pertinentes

48. No âmbito da Guarda do Município de Niterói, está estabelecido Regime Adicional de Serviço (RAS), regulado em lei específica. Nessa lei, é determinado que o RAS:

- A) não gera para o servidor que a ele aderir o direito à percepção de gratificação de encargos especiais
- B) funciona em sistemas de turnos adicionais com escala alternada, em substituição à escala regular de serviço
- C) tem por função atender às necessidades excepcionais determinadas pela Secretaria Municipal de Ordem Pública
- D) implica a anulação de outros benefícios salariais concedidos ao Guarda Municipal que a ele aderir, em especial à gratificação por Regime Especial de Trabalho
- E) é destinado, em especial, para reforçar o contingente de servidores do Quadro dos Profissionais da Guarda Civil Municipal de Niterói que atuam no Grupamento de Operações Especiais

49. O Código de Posturas do Município de Niterói trata do exercício do poder de polícia da administração pública municipal. Nesse diploma legal, estão abrangidas medidas referentes aos animais. No âmbito do município de Niterói, é permitido(a):

- A) o trânsito livre de animais soltos em logradouros públicos
- B) a permanência de animais em cinemas, teatros, repartições públicas, a despeito de qualquer condição
- C) o comércio de animais nos logradouros públicos quando autorizado pela autoridade competente
- D) o acesso e a permanência de animais em shopping centers, piscinas e praias de cães devidamente adestrados
- E) o trânsito de animais mordedores bravios domesticados, devidamente contidos por coleiras, guias e focinheira, em locais de livre acesso ao público

50. O servidor poderá fazer uso de um período de afastamento temporário de suas funções por meio da licença a ser concedida, preenchidas as condições especificadas em lei. Entre as espécies de licença, a que tem como requisito o período de 2 (dois) anos de exercício do cargo cumpridos pelo servidor é a licença:

- A) especial
- B) para tratamento de saúde
- C) para acompanhar o cônjuge
- D) para trato de interesses particulares
- E) para tratamento de doença de pessoa da família

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir:

Internet virou "campo minado" para crianças e jovens, diz especialista

Por Luiz Claudio Ferreira - As crianças já vulnerabilizadas socialmente estão mais suscetíveis a riscos no ambiente digital depois de decisão da empresa Meta de redução das normas de moderação das plataformas. A avaliação é do pesquisador Pedro Hartung, diretor de Políticas e Direitos das Crianças do Instituto Alana.

"A internet aumenta as vulnerabilidades que já existem no ambiente offline", explicou em entrevista à Agência Brasil.

Ele identifica que a internet se transformou em um "campo minado" para crianças e adolescentes. E reitera que, quando as plataformas não são pensadas para sobrepor ou superar essas violências, acabam reforçando e ampliando as desigualdades.

"Crianças negras, periféricas e meninas estão muito mais sujeitas a essas violências no mundo digital não só pela reprodução dessa violência social, mas pelo aumento dessa violência", afirmou Pedro Hartung.

O pesquisador lamenta a falta de participação das grandes empresas em debates, como o que ocorreu nesta semana, em uma audiência pública na Advocacia-Geral da União (AGU) com pesquisadores e representantes da sociedade civil para elencar argumentos sobre o tema.

Ele sublinha que o ano de 2025 marca os 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o país se vê em desafios para enfrentar o que ele chama de "colonialismo digital". E alerta para o fato de que o afrouxamento da moderação das redes Instagram e Facebook, da Meta, por exemplo, eleva a chance de crimes nas redes. "A gente não está falando somente de dimensões ligadas a uma manifestação de uma opinião".

Como saída, ele identifica a necessidade de o Estado aplicar a lei e também da implantação de uma política de educação digital.

Confira abaixo os principais trechos da entrevista.

Nesta semana, houve uma audiência pública com a participação de pesquisadores e representantes de diferentes áreas da sociedade civil. O governo está recolhendo subsídios e argumentos nesse embate com as plataformas digitais. Mas os representantes das empresas não foram. O que você pensa sobre isso?

Lamentavelmente, as empresas e as plataformas digitais que operam no Brasil não estiveram na audiência. Escolheram não estar e contribuir para o debate com a perspectiva delas, com as informações que elas têm, para a gente criar um espaço de busca de soluções. Sem dúvida alguma, como está agora, não podemos admitir. O Congresso Nacional já vem trabalhando há alguns anos, na verdade, em projetos de lei para clarificar e detalhar a proteção e a segurança de todos nós, inclusive de crianças no ambiente digital. O STF, recentemente, estava julgando o marco legal da internet, especialmente a constitucionalidade do artigo 19 [que aponta que a empresa somente poderá ser responsabilizada por danos se, após ordem judicial específica, não tomar providências]. Agora chegou a vez do Executivo assumir a sua responsabilidade de monitorar e fiscalizar o cumprimento da legislação que já existe e que garante, no caso de crianças e adolescentes, prioridade absoluta na proteção dos seus direitos.

Antes da decisão da Meta de alterar a moderação de conteúdo, as crianças já estavam vulnerabilizadas, certo?

Esse problema de moderação de conteúdo é uma falha da indústria como um todo, de todas as plataformas, de maior ou menor grau. É um verdadeiro campo minado para crianças e adolescentes, de exposição a conteúdos indevidos e muitas vezes ilegais e criminosos.

A internet pode ser mais perigosa para crianças e adolescentes?

O que era ruim vai ficar ainda pior. Porque a Meta, por mais que ela tenha respondido que essas mudanças não chegaram ainda ao Brasil, sem dúvida alguma é uma mensagem do setor e é um posicionamento ideológico dessas empresas do entendimento de que o espaço da internet não teria lei. É uma mensagem muito ruim para todo o setor e, na verdade, para todos nós como sociedade.

Quais são os principais riscos que nossas crianças e adolescentes estão submetidos?

Infelizmente, a internet que hoje a gente utiliza não foi a pensada pelos criadores da rede. Essa internet de hoje representa o verdadeiro campo minado para crianças e adolescentes no mundo, especialmente no Brasil, onde regras protetivas são menos aplicadas pelas mesmas empresas. O que já era ruim vai ficar muito pior. Vai ficar muito semelhante ao Discord, onde não tem uma moderação ativa de conteúdo e abre possibilidades para uma distribuição de informação que pode ser muito prejudicial para a saúde e integridade de crianças e adolescentes. Nós estamos falando aqui, por exemplo, de um crescimento de imagens advindas de violência contra a criança, que podem ser utilizadas, inclusive, para ameaçar crianças e adolescentes. Um crescimento, por exemplo, de cyberbullying, e também a exposição não autorizada da imagem em informações pessoais de crianças e adolescentes, ou conteúdos que ou representam ou são mesmo tratamento cruel e degradante, discurso de ódio, incitação e apologia a crimes.

Então não estamos falando de liberdade de expressão?

Aqui a gente não está falando somente de dimensões ligadas a uma manifestação de uma opinião. A gente está falando aqui de crime muito severo que crianças e adolescentes estão submetidos por uma internet não regulada. Já vi casos de plataformas sem moderação ativa de conteúdo em que cenas advindas de violência pessoal, que a gente chamaria de pornografia infantil e de violência, circulando livremente. A plataforma sem moderação de conteúdo gera muito mais riscos para a violência contra a criança e o adolescente. E os nossos filhos e filhas, netos, sobrinhos, sobrinhas, vão estar muito mais sujeitos a esses perigos e violências.

Fonte: <https://www.jb.com.br/brasil/educacao/2025/01/1054036-internet-virou-campo-minado-para-criancas-e-jovens-diz-especialista.html>. Excertos. Acesso em 27/01/2025

51. De acordo com o texto, o ambiente digital:

- A) mudará radicalmente, com um maior nível de controle na moderação das redes sociais
- B) era um ambiente totalmente seguro, mas passou a ser inseguro após decisão da empresa Meta
- C) ficará provavelmente mais perigoso, devido aos riscos decorrentes da decisão da Meta
- D) é controlado por grandes empresas que se notabilizam pelo trabalho social que desenvolvem
- E) permanece sendo um ambiente seguro, haja vista os mecanismos de controle vigentes

52. No título do texto, a expressão “campo minado”, em seu contexto de uso, significa:

- A) fonte de informações
- B) depósito natural de minerais
- C) ambiente inóspito ou situação perigosa
- D) um jogo clássico de computador, com células e tabuleiros
- E) terreno onde há explosivos ocultos capazes de mutilar e até de matar pessoas

53. “Crianças negras, periféricas e meninas estão muito mais sujeitas a essas violências no mundo digital não só pela reprodução dessa violência social, mas pelo aumento dessa violência” (4º parágrafo). Os conectivos em destaque veiculam sentido de:

- A) modo
- B) adição
- C) condição
- D) comparação
- E) consequência

54. Leia o trecho a seguir, extraído do 1º e 2º parágrafos do texto:

“A avaliação é do pesquisador Pedro Hartung, diretor de Políticas e Direitos das Crianças do Instituto Alana. A internet aumenta as vulnerabilidades que já existem no ambiente offline”, explicitou em entrevista à Agência Brasil”.

Pelo contexto de uso, é possível inferir que o sujeito do verbo em destaque é:

- A) internet
- B) a avaliação
- C) Pedro Hartung
- D) ambiente offline
- E) Luiz Claudio Ferreira

55. “A avaliação é do pesquisador Pedro Hartung, diretor de Políticas e Direitos das Crianças do Instituto Alana” (1º parágrafo). O trecho destacado é classificado como:

- A) sujeito
- B) aposto
- C) vocativo
- D) adjunto adverbial
- E) adjunto adnominal

56. “E reitera que, quando as plataformas não são pensadas para sobrepor ou superar essas violências, acabam reforçando e ampliando as desigualdades” (3º parágrafo). Nesse trecho, as vírgulas foram empregadas para destacar:

- A) um aposto explicativo
- B) o discurso direto de alguém
- C) um adjunto adverbial de tempo
- D) uma oração adverbial intercalada
- E) uma oração coordenada assindética

57. “A internet aumenta as vulnerabilidades que já existem no ambiente offline” (2º parágrafo). Se essa frase estivesse na voz passiva, à luz da norma-padrão, sem alteração de sentido, seria reescrita da seguinte forma:

- A) As vulnerabilidades são aumentadas pela internet que já existe no ambiente offline.
- B) No ambiente offline, as vulnerabilidades são aumentadas pela internet que já existe.
- C) Na internet, as vulnerabilidades que já existem são aumentadas pelo ambiente offline.
- D) As vulnerabilidades no ambiente offline são aumentadas pela internet que já existe.
- E) As vulnerabilidades que já existem no ambiente offline são aumentadas pela internet.

58. “O pesquisador lamenta a falta de participação das grandes empresas em debates” (5º parágrafo). O verbo em destaque está flexionado na:

- A) terceira pessoa do singular do presente do indicativo
- B) terceira pessoa do singular do presente do subjuntivo
- C) primeira pessoa do singular do presente do indicativo
- D) primeira pessoa do singular do presente do subjuntivo
- E) segunda pessoa do singular do presente do indicativo

59. “[...] e o país se vê em desafios para enfrentar o que ele chama de ‘colonialismo digital’” (6º parágrafo). Se o termo destacado fosse substituído por “os países”, o trecho seria reescrito, à luz da norma-padrão, da seguinte forma:

- A) “e os países se vê em desafios para enfrentar o que ele chama de ‘colonialismo digital’”.
- B) “e os países se veem em desafios para enfrentar o que ele chama de ‘colonialismo digital’”.
- C) “e os países se vêem em desafios para enfrentar o que ele chama de ‘colonialismo digital’”.
- D) “e os países se veem em desafios para enfrentar o que ele chama de ‘colonialismo digital’”.
- E) “e os países se vêm em desafios para enfrentar o que ele chama de ‘colonialismo digital’”.

60. “E alerta para o fato de que o afrouxamento da moderação das redes Instagram e Facebook, da Meta, por exemplo, eleva a chance de crimes nas redes” (6º parágrafo). Os verbos em destaque estão flexionados, respectivamente, no:

- A) presente do indicativo e presente do indicativo
- B) presente do indicativo e presente do subjuntivo
- C) presente do subjuntivo e presente do subjuntivo
- D) presente do indicativo e pretérito perfeito do indicativo
- E) presente do subjuntivo e pretérito perfeito do indicativo

61. “Como saída, ele identifica a necessidade de o Estado aplicar a lei e também da implantação de uma política de educação digital” (7º parágrafo). Nesse trecho, o verbo em destaque é classificado como:

- A) de ligação
- B) intransitivo
- C) transitivo direto
- D) transitivo indireto
- E) transitivo direto e indireto

62. “Nesta semana, houve uma audiência pública com a participação de pesquisadores e representantes de diferentes áreas da sociedade civil”. Se o termo em destaque fosse substituído por “audiências”, a reescrita da frase, à luz da norma-padrão, no mesmo tempo verbal, seria:

- A) Nesta semana, houve audiências com a participação de pesquisadores e representantes de diferentes áreas da sociedade civil
- B) Nesta semana, houveram audiências com a participação de pesquisadores e representantes de diferentes áreas da sociedade civil
- C) Nesta semana, houvessem audiências com a participação de pesquisadores e representantes de diferentes áreas da sociedade civil
- D) Nesta semana, haveriam audiências com a participação de pesquisadores e representantes de diferentes áreas da sociedade civil
- E) Nesta semana, houvessem audiências com a participação de pesquisadores e representantes de diferentes áreas da sociedade civil

63. “O governo está recolhendo subsídios e argumentos nesse embate com as plataformas digitais. Mas os representantes das empresas não foram”. A forma verbal em destaque está flexionada no:

- A) pretérito perfeito do indicativo do verbo IR
- B) pretérito perfeito do indicativo do verbo SER
- C) pretérito imperfeito do indicativo do verbo IR
- D) pretérito imperfeito do subjuntivo do verbo IR
- E) pretérito imperfeito do indicativo do verbo SER

64. “Lamentavelmente, as empresas e as plataformas digitais que operam no Brasil não estiveram na audiência”. O elemento mórfico em destaque denomina-se:

- A) sufixo
- B) radical
- C) desinência modo-temporal
- D) desinência número-pessoal
- E) desinência nominal de número

65. “Escolheram não estar e contribuir para o debate com a perspectiva delas, com as informações que elas têm, para a gente criar um espaço de busca de soluções”. As palavras em destaque são classificadas, respectivamente, como:

- A) advérbio e pronome
- B) pronome e advérbio
- C) advérbio e preposição
- D) pronome e preposição
- E) preposição e preposição

66. “O Congresso Nacional já vem trabalhando há alguns anos, na verdade, em projetos de lei para clarificar e detalhar a proteção e a segurança de todos nós, inclusive de crianças no ambiente digital”. Nesse trecho, a palavra em destaque é classificada como:

- A) sujeito
- B) núcleo do sujeito
- C) adjunto adverbial
- D) adjunto adnominal
- E) agente da passiva

67. “Agora chegou a vez do Executivo assumir a sua responsabilidade de monitorar e fiscalizar o cumprimento da legislação que já existe e que garante, no caso de crianças e adolescentes, prioridade absoluta na proteção dos seus direitos”. O trecho em destaque apresenta duas orações coordenadas entre si. Essas orações são classificadas como:

- A) coordenadas sindéticas adversativas
- B) subordinadas adverbiais condicionais
- C) subordinadas substantivas objetivas diretas
- D) subordinadas substantivas objetivas indiretas
- E) subordinadas substantivas completivas nominais

68. “É um verdadeiro campo minado para crianças e adolescentes, de exposição a conteúdos indevidos e muitas vezes ilegais e criminosos”. O pronome que substitui a expressão em destaque é:

- A) ela
- B) ele
- C) nós
- D) elas
- E) eles

69. “As crianças já vulnerabilizadas socialmente estão mais suscetíveis a riscos no ambiente digital depois de decisão da empresa Meta de redução das normas de moderação das plataformas” (1º parágrafo). Considerando seu contexto de uso, um possível sinônimo para a palavra em destaque é:

- A) imunes
- B) refratárias
- C) propensas
- D) resistentes
- E) impassíveis

70. “Infelizmente, a internet que hoje a gente utiliza não foi a pensada pelos criadores da rede”. No trecho em destaque, há uma palavra ou uma expressão em elipse, que é:

- A) rede
- B) pessoa
- C) a gente
- D) internet
- E) criadores

71. “Nós estamos falando aqui, por exemplo, de um crescimento de imagens advindas de violência contra a criança, que podem ser utilizadas, inclusive, para ameaçar crianças e adolescentes”. A oração em destaque pode ser classificada como subordinada:

- A) adjetiva restritiva
- B) adjetiva explicativa
- C) substantiva apositiva
- D) substantiva predicativa
- E) substantiva completiva nominal

72. No sexto parágrafo do texto, lê-se o seguinte:

“A gente não está falando somente de dimensões ligadas a uma manifestação de uma opinião”.

Nesse trecho, as aspas foram empregadas para indicar:

- A) o discurso direto de uma pessoa
- B) o uso informal de uma expressão
- C) um uso coloquial da linguagem oral
- D) a transcrição do trecho de uma obra impressa
- E) uma referência indireta à opinião de um especialista

73. No texto, lê-se a seguinte pergunta:

Quais são os principais riscos que nossas crianças e adolescentes estão submetidos?

Do ponto de vista normativo, essa pergunta está:

- A) corretamente elaborada
- B) incorretamente elaborada, considerando que falta a preposição “a” antes do pronome “que”.
- C) incorretamente elaborada, considerando que falta a preposição “a” antes da conjunção “que”.
- D) incorretamente elaborada, considerando que falta a conjunção “a” antes da preposição “que”.
- E) incorretamente elaborada, considerando que falta a conjunção “a” antes do pronome “que”.

74. “A plataforma sem moderação de conteúdo gera muito mais riscos para a violência contra a criança e o adolescente”. Nesse trecho, o sujeito gramatical é:

- A) plataforma
- B) a plataforma
- C) a plataforma sem moderação
- D) a plataforma sem moderação de conteúdo
- E) a plataforma sem moderação de conteúdo gera muito mais riscos

75. No texto, lê-se o seguinte: “Lamentavelmente, as empresas e as plataformas digitais que operam no Brasil não estiveram na audiência”. Na verdade, quem esteve ausente das audiências foram as pessoas que representam as empresas e plataformas digitais, e não as instituições em si mesmas. Quando se atesta esse uso, baseado em palavras ou expressões contíguas, emprega-se uma figura de linguagem denominada:

- A) hipérbole
- B) paradoxo
- C) catacrese
- D) eufemismo
- E) metonímia

76. A única frase em que se verifica um par de parônimos é:

- A) Eu gosto do gosto dessa fruta exótica.
- B) Caiu uma manga na manga da minha camisa.
- C) Devemos prosseguir, ainda que tristes ou felizes.
- D) O país vive uma intensa onda de imigração e de emigração.
- E) A mãe do meu amigo vivia de cozer legumes e de coser roupas.

77. A obra utilizada para consultar a grafia correta das palavras é o dicionário. Nesse tipo de obra, a função da linguagem predominante é a:

- A) fática
- B) poética
- C) conativa
- D) referencial
- E) metalinguística

78. “A meteorologia reivindica seu lugar no campo das ciências, sem privilégios ou vantagens”. Nessa frase, a única palavra que não está grafada segundo as regras ortográficas vigentes da língua portuguesa é:

- A) ciências
- B) reivindica
- C) privilégios
- D) vantagens
- E) meteorologia

79. A única alternativa em que todas as palavras estão grafadas corretamente, à luz do Novo Acordo Ortográfico, é:

- A) Havia um empecilho a ser resolvido.
- B) Já fizemos todas as análises do caso.
- C) Faremos um chá benéficiente para os mais pobres.
- D) A companhia de quem amamos é sempre fundamental.
- E) Aconteceu uma incidência muito grande de doenças no cérebro.

80. A única alternativa em que o acento grave, indicador de crase, foi empregado adequadamente à luz da norma-padrão é:

- A) Elas acompanham a situação no dia-à-dia.
- B) Eu não me refiro àquelas situações de ontem.
- C) Todos voltarão à Santos para analisar o problema.
- D) Eu vou fazer um discurso à todas as pessoas presentes.
- E) Distribuíram mantimentos apenas à mulheres e à crianças.

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA






81. Uma modalidade de processamento refere-se à capacidade de processar dados instantaneamente à medida que são recebidos, no menor tempo de resposta possível, sendo este um requisito imprescindível. Essa tecnologia é fundamental em diversos setores, como finanças, telecomunicações e *marketing* digital, nos quais a velocidade e a precisão das informações são cruciais. Esse tipo de processamento permite que as empresas tomem decisões rápidas e informadas, melhorando a eficiência operacional e a experiência do cliente. Pelas características descritas, essa é uma modalidade de processamento conhecida como:

- A) *batch* e *real time*
- B) *online* e *real time*
- C) *offline* e *real time*
- D) *online* e *time sharing*
- E) *offline* e *time sharing*

82. Atualmente, na operação de microcomputadores e *notebooks*, é comum configurar essas máquinas com dispositivos especializados, pertencentes a três categorias. Na primeira, para uso exclusivo na entrada de dados a serem processados, na segunda para utilização unicamente na saída dos dados já processados, e uma terceira que corresponde ao emprego de periféricos que podem operar tanto na entrada como na saída de dados, em momentos distintos. Três exemplos de dispositivos pertencentes a cada uma dessas categorias são, respectivamente:

- A) *plotter*, *pendrive* e teclado
- B) *webcam*, *scanner* e *plotter*
- C) *scanner*, *plotter* e *pendrive*
- D) teclado, *webcam* e *scanner*
- E) *pendrive*, teclado e *webcam*

83. Um Guarda Municipal de Niterói está acessando um site cuja URL é <https://niteroi.rj.gov.br/tag/guarda-municipal/>, por meio do browser *Google Chrome*, em uma de suas últimas versões, em um microcomputador *desktop* com *Windows 11 BR (x64)*. Para visualizar esse site na modalidade tela cheia, ele pressionou uma tecla de função suportada pelo *software*. Em seguida, para acessar a área de trabalho desse computador, ele executou um atalho de teclado. A tecla de função e o atalho de teclado são, respectivamente:

- A) F11 e  + T
- B) F11 e  + D
- C) F11 e  + A
- D) F10 e  + D
- E) F10 e  + T

84. Um diretório do *Linux* é simplesmente um arquivo, que é distribuído em forma de hierarquia. Existem diversas estruturas de diretórios, com o “*root*” como raiz, que usa o símbolo “/”, ao passo que outro diretório armazena todos os ficheiros globais de configuração do sistema operacional. No que diz respeito aos comandos de linha de *prompt*, um possibilita a exibição dos arquivos que estão dentro da pasta na qual o usuário está no momento, enquanto outro exibe o diretório atual no qual o usuário se encontra. Nesse contexto, o diretório de configuração e os dois comandos caracterizados são, respectivamente:

- A) */cfg/*, *ls* e *dir*
- B) */etc/*, *files* e *pwd*
- C) */etc/*, *files* e *show*
- D) */cfg/*, *ls* e *show*
- E) */etc/*, *ls* e *pwd*

85. No uso dos recursos do *Word* do pacote 2021 BR, em um *notebook Windows 10 BR (x64)*, um funcionário da Prefeitura de Niterói, que exerce as funções de Guarda Municipal, selecionou o título do texto em digitação e executou o atalho de teclado *Ctrl + E*, que aplicou um tipo de alinhamento à seleção. Para finalizar, ele salvou o texto digitado em um documento armazenado no HD por meio do acionamento de uma tecla de função que tem por significado “Salvar como...”. O tipo de alinhamento aplicado ao título e à tecla de função são, respectivamente:

- A) à esquerda e F12
- B) à esquerda e F9
- C) centralizado e F8
- D) centralizado e F9
- E) centralizado e F12

86. No uso dos recursos do editor *Writer* da *suíte LibreOffice 24.8.4.2 BR*, em um microcomputador Intel com *Windows 11 BR (x64)*, nos recursos visualizados na Faixa de Opções, quando se aciona a guia “Ferramentas”, a execução de um atalho de teclado viabiliza a verificação ortográfica automática, e o acionamento de outro atalho possibilita a inserção de uma quebra de página. Esses dois atalhos de teclado são, respectivamente:

- A) *Shift + F7* e *Ctrl + Enter*
- B) *Shift + F7* e *Alt + Enter*
- C) *Ctrl + F7* e *Ctrl + Enter*
- D) *Ctrl + F7* e *Alt + Enter*
- E) *Alt + F7* e *Ctrl + Enter*

87. A planilha da figura foi montada no *Excel* do pacote *MS Office 2021 BR*, em um microcomputador Intel, com *Windows 11 BR (x64)*. Em C9, foi inserida a fórmula *=PROCV(A5;A3:C7;3;1)* e em C10, *=PROCH(B3;A3:C7;4;0)*.

	A	B	C
1	 PREFEITURA DE NITERÓI Guarda Municipal		
2	#	LOCAIS	REFERÊNCIA
3	1	CENTRO	GM1
4	2	FONSECA	GM2
5	3	PIRATININGA	GM3
6	4	ITACOATIARA	GM4
7	5	ITAIPU	GM5
8			
9		PROCV =	?
10		PROCH =	?

Os conteúdos mostrados nas células C9 e C10 são, respectivamente:

- A) GM2 e ITAIPU
- B) GM4 e CENTRO
- C) GM1 e FONSECA
- D) GM5 e PIRATININGA
- E) GM3 e ITACOATIARA

88. Segurança da informação é definida como a prática de proteger dados e sistemas contra ameaças, acesso não autorizado ou violação de dados que resultem na divulgação, alteração ou destruição de informações confidenciais, baseando-se em três princípios fundamentais. Um deles refere-se à privacidade dos dados e seu objetivo é proteger informações sensíveis e confidenciais contra acesso não autorizado, sendo que algumas das ferramentas relevantes utilizadas incluem criptografia, controle de acesso e prevenção de perda de dados. Esse princípio é conhecido como:

- A) confidencialidade
- B) irretratabilidade
- C) disponibilidade
- D) autenticidade
- E) integridade

89. Atualmente, a internet oferece alguns recursos, permitindo a execução de duas atividades. A primeira corresponde a baixar arquivos em PDF de sites da internet, e a segunda, em sentido contrário, viabiliza o envio de arquivos em HTML e CSS, para atualização de sites hospedados na grande rede. Paralelamente, a internet também disponibiliza alguns sites especializados, contendo uma infraestrutura de correio eletrônico, permitindo a manipulação de mensagens de e-mail, como o *Gmail*, por exemplo. Tecnicamente, as denominações para as duas atividades e a infraestrutura de e-mail são, respectivamente:

- A) *downstream*, *upstream* e *WebMail*
- B) *downstream*, *upstream* e *BitNet*
- C) *download*, *upload* e *WebMail*
- D) *download*, *upload* e *InfoNet*
- E) *download*, *upload* e *BitNet*

90. O *Google*, como instituição, disponibilizou diversas ferramentas que representam um conjunto de recursos online, que podem ser usados para melhorar a produtividade e o *marketing* digital. Entre as ferramentas *Google*, uma constitui o local para armazenamento de todos os documentos recebidos no e-mail ou criados no *Google* documentos, sendo um espaço de armazenamento na nuvem, que pode ser utilizado para salvar documentos e compartilhá-los com outras pessoas até mesmo fora da organização, tudo isso com muita segurança. Outra ferramenta tem por objetivo melhorar a comunicação em tempo real, com uso em atividades de videoconferência, suportando a realização de chamadas de até 250 pessoas na versão *Standard*, permitindo a gravação das chamadas, o que para uma equipe de treinamento tem muita utilidade. Essas duas ferramentas são conhecidas, respectivamente, como *Google*:

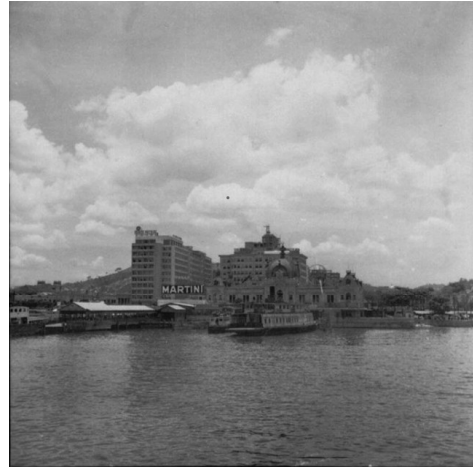
- A) *WorkSpace* e *Agenda*
- B) *OneDrive* e *Maps*
- C) *Dropbox* e *Chat*
- D) *Drive* e *Meet*
- E) *X* e *Team*

CONHECIMENTOS DO MUNICÍPIO DE NITERÓI

91. Deve-se considerar e apreender, para uma melhor interpretação acerca da história da criação da atual cidade de Niterói, o seguinte aspecto:

- A) foi o temor de novos ataques promovidos pelos holandeses, em meados do século XVI, que levou o Governador Geral Martim Afonso de Souza a conceder a ocupação da região
- B) diante de novas ameaças das invasões francesas, em meados do século XVI, as terras do atual município de Niterói foram concedidas ao chefe do Povo Temiminó, Arariboia
- C) Arariboia tomou posse das terras no início dos anos 1570, quando a atual cidade recebeu o nome de São Lourenço dos Índios e logo foi elevada à categoria de vila
- D) o atual município de Niterói foi elevado à categoria de vila apenas em 1817, período em que a América portuguesa, já independente, vivia sob a administração de D. João VI
- E) Niterói foi elevado à categoria de cidade apenas no início do período republicano, quando a então Vila Real da Praia Grande passou a ser denominada de Nictheroy

92. Observe a fotografia abaixo.



Vista do Centro de Niterói (RJ) – 1957.

(Extraído em 25/01/2025 de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/niteroi/historico>)

A disposição do município de Niterói em uma região litorânea favoreceu o desenvolvimento de várias atividades econômicas, em especial voltadas para o serviço público, destacando-se a:

- A) construção da Estrada de Ferro de Niterói, interligada ao serviço de barcas, ligando a cidade com localidades do interior do estado durante a era Vargas (1930-1945)
- B) criação da Companhia de Navegação de Nictheroy no início do período republicano, ligando o município niteroiense à capital da República, a cidade do Rio de Janeiro
- C) construção de várias obras públicas após a inauguração da Ponte Rio Niterói (1974), como o Aterro da Praia Grande, os Parcelamentos de áreas na Região Oceânica e a Avenida Ernani do Amaral Peixoto
- D) implantação de serviços básicos, como a Cia de Barca a Vapor, no ano de 1835, efetuado pela Cantareira e Viação Fluminense, logo após a então Vila Real da Praia Grande ter sido elevada à categoria de cidade
- E) criação da Cia de Navegação, que ligava-se ao novo município de São Gonçalo, fruto do desmembramento das freguesias de São Gonçalo, Nossa Senhora da Conceição de Cordeiros e São Sebastião de Itaipu do município de Niterói, ainda no período imperial

93. Nas Disposições Gerais do Título I do Código de Posturas do Município de Niterói, está descrito que:

Art. 1º Esta Lei tem a denominação de Código de Posturas do Município de Niterói e dispõe sobre o Exercício do Poder de Polícia da Administração Pública Municipal dentro do seu peculiar interesse e define atos que constituem infrações e quais as consequências para quem os pratica.

(Extraído em 27/01/2025 de: <https://leismunicipais.com.br/a1/codigo-de-posturas-niteroi-rj>)

São consideradas infrações, com base nessa Legislação Municipal, a seguinte opção:

- A) serviços e obras de construção de edificações, bem como de demolição, com a proteção e a segurança dos trabalhadores e de terceiros sob a responsabilidade do construtor e do proprietário
- B) postos de gasolina, oficinas mecânicas, garagens de ônibus, caminhões e estabelecimentos congêneres se responsabilizarem pelos resíduos graxosos nos logradouros públicos
- C) que a limpeza dos passeios, dos logradouros públicos e dos demais bens de uso comum, ou a execução dos serviços dessa limpeza, sofra objeção de qualquer forma
- D) veículos em estado de abandono ou acidentados em quaisquer vias de circunscrição do Município de Niterói, por menos de 10 (dez) dias em logradouros públicos
- E) pessoas físicas comercializarem nas feiras livres, em outras feiras e exposições, portando o Cartão expedido pela Secretaria Municipal de Fazenda

94. Baseando-se na Lei Orgânica do Município de Niterói, como consta do Capítulo II (DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO), Seção I (Da Competência Privativa), em seu 12º Artigo, é competência exclusiva da administração municipal as seguintes atribuições:

- A) elaborar o orçamento anual e o plurianual de investimentos, instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas e fixar locais para estabelecimentos de pontos de táxis e demais veículos
- B) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos
- C) combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos
- D) fiscalizar, nos locais de vendas, o peso, a medida e as condições sanitárias dos gêneros alimentícios na forma da lei
- E) estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito

95. Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como referência o ano de 2021, revelam que Niterói apresentou um crescimento expressivo no seu Produto Interno Bruto (PIB). No contexto do estado do Rio de Janeiro, Niterói figura como o:

- A) segundo PIB do estado, atrás apenas da capital
- B) segundo PIB do estado, atrás apenas de Duque de Caxias
- C) terceiro PIB do estado, atrás apenas da capital e de Macaé
- D) terceiro PIB do estado, atrás apenas da capital e de Maricá
- E) terceiro PIB do estado, atrás apenas da capital e de Duque de Caxias

96. Ainda sobre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Niterói, um dos elementos responsáveis pelo aumento das receitas do município nos últimos anos envolve o(a):

- A) pujante agronegócio da soja
- B) ampliação da malha ferroviária local
- C) crescente indústria pesqueira nos rios locais
- D) transferência de tecnopolos para as cidades vizinhas
- E) repasse de *royalties* da extração de óleo e gás na região

97. Dados revelados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o Censo Demográfico de 2022 indicam uma queda de um pouco mais de 1% da população de Niterói em relação ao Censo Demográfico de 2010. Um dos motivos para essa queda envolve:

- A) a maior oferta de habitação popular no município
- B) os preços acessíveis do mercado imobiliário niteroiense
- C) a insegurança pública na região metropolitana do Rio de Janeiro
- D) a transferência de bairros para a jurisdição de municípios limítrofes
- E) os investimentos industriais e no setor de serviços de maior valor agregado

98. Sobre as características da população de Niterói, podemos considerar que a cidade possui:

- A) a segunda maior população do estado, atrás apenas da capital
- B) uma das maiores densidades demográficas do estado e do país
- C) a terceira maior população do estado, atrás da capital e de São Gonçalo
- D) reduzida população absoluta e baixa densidade demográfica no contexto estadual
- E) uma população fortemente concentrada na região das praias oceânicas ao norte do município

99. A estrutura administrativa do poder executivo da Prefeitura de Niterói é caracterizada pela:

- A) multiplicidade de secretarias municipais, desde o atendimento a idosos até o incentivo à economia criativa
- B) reduzida oferta de secretarias municipais, limitando-se aos setores da saúde, de educação e dos transportes
- C) fusão com as secretarias municipais e com os municípios limítrofes de Maricá e de São Gonçalo
- D) terceirização irrestrita do corpo de trabalhadores da segurança pública em nível municipal
- E) extinção das autarquias relacionadas aos serviços públicos urbanos

100. Devido às potencialidades e às condições geográficas do município de Niterói, uma atividade econômica que vem ganhando destaque no município é a(o):

- A) expansão da indústria naval
- B) supressão do turismo de veraneio
- C) crescimento de montadoras de veículos
- D) extração de combustíveis fósseis *onshore*
- E) retração da balneabilidade da Baía de Guanabara